

Discurso de Posse do Presidente do TCE-PE Conselheiro Valdecir Pascoal

Recife, 8 de Janeiro de 2024

SUMÁRIO

PARTE I - LEMBRANDO O PASSADO COM GRATIDÃO

**PARTE II - ESTABILIDADE INSTITUCIONAL E A RELAÇÃO DO TCE COM
OS PODERES, AS INSTITUIÇÕES E OS GESTORES PÚBLICOS**

PARTE III - PRIORIDADES E DIRETRIZES PARA O BIÊNIO 2024-2025

PARTE IV - O DESAFIO DA COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

PARTE V - O COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA

PARTE VI - NOVOS TEMPOS, MESMA MOTIVAÇÃO

PARTE I

LEMBRANDO O PASSADO COM GRATIDÃO

“As pessoas felizes lembram o passado com gratidão, alegram-se com o presente e encaram o futuro sem medo” (Epicuro).

Esse é o meu sentimento neste “8 de Janeiro”, data repleta de significados pessoais para nós empossados, para a nossa instituição, o TCE-PE, e também para o Brasil.

Inspirado no Eclesiastes, onde o tempo é “Senhor” e sabe fazer a hora, é tempo, portanto, de reconhecer e agradecer a primorosa gestão do Presidente Ranilson Ramos. A sua experiência no serviço público - como parlamentar, sempre ao lado da causa democrática, gestor público probo e eficiente, Conselheiro deste TCE há mais de 10 anos -, aliada aos seus amplos conhecimentos e sensibilidade social, permitiram ao nosso Tribunal seguir com segurança e firmeza a já histórica trilha republicana em defesa da boa gestão e do controle efetivo a serviço do cidadão pernambucano. Além dos muitos avanços em todos os setores de nossa

instituição, destacam-se as prioridades nos temas da “Primeira Infância”, do “Transporte Escolar” e da “Infraestrutura das Escolas” e da Gestão dos Resíduos Sólidos, com a histórica marca do fim dos lixões em Pernambuco. A este sertanejo forte, orgulho para nós que fazemos o TCE, orgulho para seus saudosos pais, Seu Gregório e Dona Maria, para sua digna esposa, Marta, seus filhos, Caio e Lucas, lindos netos, familiares e amigos, a nossa gratidão, na certeza de que continuaremos contando, ainda por muito tempo, com sua amizade e ensinamentos, e, agora, de modo muito especial, como nosso representante na Diretoria do Instituto Rui Barbosa.

Há que se reconhecer o grande timoneiro e a sua laboriosa equipe. Mas o TCE também é a Vice-Presidência, a Corregedoria, a Escola de Contas, a Ouvidoria e os órgãos colegiados de deliberação, as Câmaras e o Tribunal Pleno. Gratidão, igualmente, aos eminentes Conselheiros, e suas equipes, que estiveram à frente desses segmentos estratégicos, sem esquecer daqueles que se aposentaram no ano passado, Conselheiros Carlos Porto e Teresa Duere, ambos com uma vida dedicada ao engrandecimento desta instituição

e que deixaram, além da saudade, um legado de realizações.

Alguns agradecimentos especiais.

Primeiro, aos Conselheiros Substitutos. Na pessoa do dedicado Auditor Geral, Conselheiro, e sempre professor, Marcos Nóbrega, o nosso reconhecimento pelo empenho de cada um ao longo dessa jornada. Vocês honram e engrandecem o controle externo pernambucano.

Ao MPC, a todos os Procuradores de Contas, que igualmente dignificam o controle externo, ressaltando a profícua gestão do Procurador Geral Gustavo Massa, nos últimos dois anos, ao tempo em que recebemos, com a mesma deferência e respeito institucional, o novo Procurador Geral, Ricardo Alexandre, que, não tenho dúvidas, por sua brilhante trajetória de vida, continuará essa parceria republicana a serviço de um controle externo justo e efetivo.

À Projur, na pessoa de seu Procurador-Chefe, Aquiles Vianna, o nosso obrigado por nos propiciar e garantir a necessária segurança jurídica nos atos de gestão e na defesa processual de nossas decisões.

Eterna e devida gratidão a todos os servidores que compõem e colaboram com o TCE-PE. Conhecimento, imparcialidade, seriedade são marcas de nosso quadro funcional, alicerce e pilar essencial para sermos reconhecidos e respeitados pelos bons serviços de controle prestados ao povo pernambucano. Saibam todos que a valorização do servidor e o diálogo transparente e fraterno com suas entidades representativas continuarão sendo uma diretriz prioritária de nossa instituição. Gratidão especial aos servidores do meu gabinete, pela dedicação e amizade de uma vida.

Não posso deixar de saudar e parabenizar os demais membros da nossa nova Mesa Diretora. Na Vice-Presidência, aqui juntinho comigo, teremos o Conselheiro Carlos Neves, que também assume uma das Vice-Presidências da Atricon, motivo de orgulho para nós. Estar ao seu lado, Neves, é ter a certeza de que contaremos com um conhecimento qualificado, experiência, diálogo construtivo, parceria e imensa capacidade de trabalho. Na Corregedoria, a experiência, a solidariedade e a sensatez de Marcos Loreto. Na Escola de Contas, o intelecto privilegiadíssimo, a dedicação plena, o coração generoso e corajoso de Dirceu Rodolfo,

a quem aproveito para agradecer as palavras, certamente exageradas ao meu respeito, mas é aquele tipo de gesto e estímulo que só acontece entre verdadeiros irmãos de uma vida. Na Ouvidoria, teremos a serenidade, o saber jurídico, a fineza no trato e o “Porto” seguro de Eduardo. Na Primeira Câmara, Rodrigo Novaes, outro sertanejo forte, traz na bagagem, além da coragem, uma rica experiência como parlamentar, advogado e gestor público. Parabéns meus queridos amigos. Obrigado pela confiança. Nesta jornada, estaremos sempre juntos.

PARTE II

ESTABILIDADE INSTITUCIONAL E A RELAÇÃO DO TCE COM OS PODERES, AS INSTITUIÇÕES E OS GESTORES PÚBLICOS

Após lembrarmos do passado com gratidão, eis que é chegada a hora de refletirmos sobre o presente e o futuro.

A despeito da complexidade do mundo moderno e do atual contexto de múltiplos desafios – a crise do Estado,

da Democracia e de suas Instituições; tentativas de fragilização dos controles; crises fiscal e econômica; desigualdades sociais e regionais; insegurança; desafios ambientais; intolerâncias e discriminações de todas as ordens – é possível, sem fugir a essa dura realidade, reconhecer progressos e encarar o presente e o futuro com preocupação, decerto, mas sem medo. Devo dizer que continuo seguindo o mestre Ariano Suassuna na sua esperança realista. É verdade que hoje, por tudo e por tantas já vividas, ando mais devagar e com os pés mais juntos ao chão, qual o velho marinheiro do sábio “argumento” de Paulinho da Viola, porém sempre, a cada nascer do sol, trazendo no peito e na mente a esperança de dias melhores.

Como criação humana, o TCE-PE não é uma instituição perfeita. Mas é da sua natureza a busca permanente para estar à altura dos desafios do presente e do futuro.

Para tanto, além da qualificação de seus membros e servidores, destaco alguns atributos de nossa boa governança: 1) estabilidade institucional, conquistada pela tradição “pétrea” da natural alternância dos cargos que integram a Mesa Dirigente, a cada dois anos; e 2) a

cultura consolidada, há mais de vinte anos, de um planejamento estratégico construído com a participação de todos os segmentos do órgão. Planejamento que, vale ressaltar, restou bem mais facilitado pelas orientações e diretrizes que compõem o Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas, implantado pela Atricon, e, em especial o “Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas”, verdadeira bússola para iluminar o caminho da excelência institucional desses órgãos.

Esse grau de maturidade institucional, faz lembrar a metáfora de Newton, inspirada em Eduardo de Chartres: “Hoje podemos enxergar mais longe porque estamos sobre ombros de gigantes”. Esses dois atributos dialogam com aquela tal gratidão em relação a todos os que nos antecederam e puseram, com seus cérebros e mãos, importantes “tijolos” para o aprimoramento deste Tribunal. Pequeninos que somos, estamos sobre os ombros daqueles gigantes, o que propicia uma navegação mais precisa.

Mas há outro valor que explica a evolução do TCE-PE e que deve continuar a nos inspirar para os novos tempos.



ESTADO DE PERNAMBUCO

Tribunal de Contas

Para explicar o sucesso de uma pessoa ou de uma instituição, sempre prevaleceu a tese darwiniana da sobrevivência do mais forte e do mais apto (“*Survival of the fittest*”). É certo que o conhecimento, as lutas legítimas e a capacidade de adaptar-se ao novo é fundamental. Mas chamo a atenção para uma nova reflexão trazida pelos professores Brian Hare e Vanessa Woods, no livro “*Survival of the Friendliest*” (“Sobrevivência do mais cooperativo ou amigável”). Contrapondo-se à teoria do mais apto e forte, os autores argumentam que a capacidade de construir fortes laços sociais, com espírito amigável e de cooperação, pode ser mais crucial para o nosso sucesso evolutivo do que a simples força ou aptidão.

Enxergo muito nitidamente essas características em nosso TCE. Não que não haja divergências. Existem, e são naturais em se tratando de um Tribunal que interpreta as leis à luz dos fatos e é composto por pessoas que têm origens, formação e visões de mundo compreensivelmente diversas. Aliás, antes de ser um problema, essa diversidade é uma das riquezas da instituição. Mas tudo isso se dá em um ambiente de

respeito, transparência, busca de consensos e fraternidade.

Que este espírito de respeito, cooperação e fraternidade seja igualmente a tônica das relações entre todas as valorosas categorias de profissionais que compõem os quadros de servidores do TCE-PE. Aptidão e fraternidade precisam caminhar em harmonia.

Lanço um olhar para as relações deste Tribunal com os Poderes e as Instituições e entidades parceiras. Penso que esta mesma teoria da sobrevivência do mais cooperativo e fraterno deva prevalecer, sem que essa postura implique subserviência ou iniba o exercício pleno das atribuições de cada um.

Na terra dos altos coqueiros, sempre sonhamos grande. É uma história de coragem e pioneirismos que nos fizeram enxergar mais longe na história. Lembremos as nossas lutas libertárias de 1817, 1824 e 1848. Lutar o bom combate está no DNA do pernambucano. Mas Pernambuco também é o Recife, e o Recife, a Veneza dos Trópicos, como chamava Gilberto Freyre, tem a marca das pontes sobre as águas dos belos rios Capibaribe e Beberibe. Pontes que respeitam as

geografias institucionais, as autonomias, as competências e prerrogativas de cada um, mas que, ao mesmo tempo, devem propiciar a união, o diálogo republicano, a cooperação fraterna e civilizada, a solidariedade, a busca por consensos, a confiança mútua e, em permanecendo divergências, que a solução seja transparente, leal e amparada no Estado Democrático de Direito.

Continuará sendo essa a postura institucional deste TCE. Cumprindo o nosso papel constitucional de órgão de controle, mas procurando reforçar laços, cooperando, fortalecendo as pilastras e alargando todas as pontes institucionais.

Aos gestores públicos, a mesma postura. Exercemos plenamente nossas atribuições constitucionais de órgão de controle externo, mas tudo dentro da moldura de um ético e justo processo legal de controle, que, necessariamente, deve assegurar: relação dialógica para ouvir os gestores, suas circunstâncias e obstáculos na administração (escuta sem a marca da soberba ou da superioridade), orientando, aprendendo, capacitando (tarefa da nossa Escola de Contas), prevenindo por meio de alertas e cautelares, firmando pactos e ajustes e

decidindo com imparcialidade, proporcionalidade e sólida fundamentação.

Há, no entanto, um novo modelo dialógico que pode ajudar a resolver questões relevantes e complexas, notadamente em relação às contratações públicas. Trata-se da possibilidade de o TCE atuar como uma espécie de mediador, entre a gestão e o agente privado, por meio da resolução consensual de conflitos, à luz do interesse público. O TCU e outros Tribunais de Contas já vem experimentando, com êxito, essa nova competência e nós tentaremos avançar no mesmo sentido, compatibilizando essa abordagem, própria do moderno consensualismo, com as nossas atribuições constitucionais.

Uma menção especial à importância dos advogados, públicos e privados, que atuam em nossos processos de controle externo. É uma participação essencial que garante a melhor dialética e qualifica as decisões tomadas pelo Tribunal. E a OAB-PE, vale o registro, tem sido outro parceiro presente e participativo para o nosso aprimoramento institucional.

PARTE III

PRIORIDADES E DIRETRIZES PARA O BIÊNIO

2024-2025

A Constituição Federal de 1988 não poupou atribuições para os Tribunais de Contas. Em essência, cada centavo arrecadado e transformado em despesas pelo Poder Público – e até mesmo aquilo que se deixa de arrecadar devido às renúncias de receitas – devem ser fiscalizados pelo TCE, tanto quanto à sua legalidade, como em relação à eficiência. Isso implica avaliar a correta aplicação dos recursos e os resultados alcançados pelas políticas públicas, ou seja, se elas estão, de verdade, mudando, para melhor, a vida das pessoas. São os chamados controle da conformidade (foco na legalidade) e controle operacional (foco na eficiência).

Pois bem, no âmbito da conformidade das contas, continuaremos atentos ao planejamento orçamentário, às contratações públicas (notadamente aquelas referentes às obras públicas estruturadoras), agora sob um novo marco legal, a Lei 14.133/2021. A mesma atenção deve



ESTADO DE PERNAMBUCO

Tribunal de Contas

estar voltada, também, às obras inacabadas, à sustentabilidade ambiental nos contratos públicos, à complexa questão previdenciária, à concessão de benefícios fiscais, à admissão de servidores, à transparência, aos limites constitucionais em educação e saúde e também aos limites e vedações da LRF. Nesse contexto, demanda um olhar ainda mais especial à sustentabilidade fiscal, levando em conta a implementação gradual da reforma tributária aprovada recentemente e que atingirá toda a federação. A reforma do sistema tributário, tão sonhada, é um sopro de esperança e de racionalidade, que pode gerar desenvolvimento econômico e justiça tributária, mas que requer uma atenção especial quanto à sua regulamentação, a fim de que se transforme, na prática, em um avanço fiscal e federativo sustentável.

Ao lado da responsabilidade fiscal, caminha a responsabilidade social. Aliás, aquela – a fiscal – não é um fim em si mesma. Ela é importante justamente para garantir a efetividade de políticas públicas prioritárias, que promovam o bem comum, o desenvolvimento econômico, reduzam as desigualdades e a pobreza e combatam a discriminação de qualquer natureza.

Com efeito, as atribuições dos Tribunais de Contas vão muito além do controle da conformidade das contas públicas. O TCE-PE, não é de hoje, em sintonia com as diretrizes de entidades internacionais, como a Intosai, e na senda das diretrizes da Atricon, do IRB e de outros Tribunais de Contas do país, lança seu olhar, cada vez mais, para o controle e a avaliação da eficiência e dos resultados das políticas públicas. O que já era uma realidade em nosso TCE, desde os anos 90, ganhou uma nova dimensão e perspectiva a partir da corajosa gestão do Presidente Dirceu Rodolfo, que preparou a nossa instituição para a consolidação dessa nova cultura do controle externo. As primeiras colheitas já vieram na igualmente profícua gestão do Presidente Ranilson, como aqui já mencionado, nas áreas de educação e meio ambiente.

Adianto que essa pauta continuará sendo prioridade. As Políticas Públicas relacionadas com a Primeira Infância, o Transporte Escolar, a Infraestrutura das Escolas e o Meio Ambiente continuarão no radar do TCE.

No entanto, com o tempo e os novos conhecimentos adquiridos por nosso corpo funcional, aliadas à dinâmica

social e às novas necessidades, outras áreas estratégicas serão acrescentadas a esse rol de prioridades, nos próximos anos.

A primeira é a SEGURANÇA PÚBLICA. E não precisa de muita justificativa para essa escolha. Bastam as nossas próprias experiências de vida e um olhar atento para as notícias cotidianas e para os indicadores de criminalidade e problemas prisionais. Trata-se de um desafio que ultrapassa os centros urbanos, afetando cidades menores, zonas rurais e fronteiras. Precisamos recuperar o direito humano fundamental de ir e vir em paz. A segurança é talvez a política pública de maior transversalidade, porque, de um lado, depende de outras ações dos governos, a exemplo da educação e dos programas de transferência de renda; por outro, é base para a efetividade de outras políticas, a exemplo do turismo.

Antes de ser um imperativo moral, trata-se de uma precondição para a prosperidade econômica. Estudo recente do FMI concluiu que o aumento na criminalidade pode afetar diretamente a produtividade e o desempenho econômico das nações, especialmente na América Latina

e Caribe. Ela é igualmente condição para a sustentabilidade do próprio Estado Democrático de Direito. Sem pacificação social, a ordem entra em colapso e prevalecerá o estado paralelo e a barbárie.

Sabemos das dificuldades que é tirar do papel as soluções para esse grave problema nacional, repito, nacional. Virou lugar comum dizer que a segurança pública é tarefa apenas dos Estados. É certo que os Estados têm competências relevantes na prevenção, na repressão, na investigação e nos serviços penais. No entanto, pela grandeza do desafio e da multiplicidade de causas, a solução depende do envolvimento de todas as esferas da federação – União, Estados e Municípios, de todos os Poderes da República, dos órgãos de controle e de todos os segmentos da sociedade.

O TCE-PE não elabora políticas públicas. Sabemos bem o nosso lugar no arcabouço institucional e os nossos limites nesta seara. Mas, tenham certeza, no âmbito do papel do controle, estaremos juntos para ajudar a atenuar e a resolver os desafios da segurança pública, ao lado dos Governos, Federal e Estadual, dos Prefeitos, dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público, da

Defensoria Pública, da OAB e da sociedade, avaliando a efetividade de todas as políticas públicas relacionadas ao tema, inclusive, se necessário, valendo-se de parcerias com outros Tribunais de Contas, incluindo o TCU.

Nesse leque de prioridades em políticas públicas, um olhar igualmente atento para a questão do ANALFABETISMO. Não é possível, em pleno século XXI, ostentarmos o dissabor de termos ainda dez milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever (5,6% - IBGE 2023). Se considerarmos aqueles que mesmo sabendo ler e escrever são incapazes de interpretar um texto simples, o chamado analfabetismo funcional, este percentual atinge 16%. Trata-se de um verdadeiro rochedo sobre as costas do país. O TCE-PE também estará atuante para ajudar os gestores a conferir máxima efetividade a essa política pública fundamental, assim como esteve ao lado dos gestores no aprimoramento do ensino médio, em que Pernambuco se destaca no Brasil. A alfabetização é o primeiro passo para a liberdade.

Se já estamos colaborando com a Gestão em relação ao “Broto”, às crianças da Primeira Infância”, é preciso dar atenção ao “Fruto Maduro”, ao idoso, aquele que se

dedicou por tantos anos, que pavimentou nossos caminhos e merece uma velhice digna. As políticas públicas de PROTEÇÃO AO IDOSO, sobretudo as previstas no seu Estatuto, também serão nossa prioridade. Atuação que terá como parceiros de primeira hora, tenho certeza, os Poderes, o Ministério Público de Pernambuco, o Ministério Público de Contas, a Defensoria Pública e o Conselho de Defesa da Pessoa Idosa.

Sem esgotar as nossas áreas de atuação, destaco a necessidade de um olhar também prioritário para o PATRIMÔNIO HISTÓRICO de Pernambuco. Os casos do Recife e de Olinda são emblemáticos, sem prejuízo do cuidado com que também devem ser contempladas outras cidades históricas do nosso Estado. Há uma riqueza arquitetônica e cultural singular que precisa ser alvo da máxima atenção do poder público e dos órgãos de controle, como o TCE. O Centro Histórico do Recife vive um novo ciclo de oportunidades para a sua revitalização. A presença do Porto Digital, a atração de novos empreendimentos privados e as políticas de reurbanização e ocupação, levadas a cabo pelo Município do Recife e pelo Governo do Estado, prenunciam um novo momento. O TCE, que já possui uma tradição em

auditorias na área do patrimônio histórico e da cultura, unir-se-á a esse movimento, em parceria com os poderes públicos, o MPPE e também com entidades como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e os Conselhos de Preservação do Patrimônio Cultural. Além do resgate da memória de nossas cidades históricas, essa política pública tem a força de impulsionar o turismo e fomentar o desenvolvimento, gerando renda e emprego.

Por fim, ressaltamos nosso compromisso institucional com as políticas públicas de combate a todos os tipos de ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO, seja de raça, gênero, orientação sexual ou qualquer outra que infrinja a liberdade e o direito fundamental à dignidade da pessoa humana. Essa perspectiva inclui um olhar para dentro de nossa própria instituição e para fora, avaliando as políticas públicas do Estado e dos Municípios. Se formos omissos em relação às discriminações, estaremos ao lado dos que a praticam.

E não há como pensar em todas essas diretrizes e prioridades sem contar com as novas tecnologias e o constante aprimoramento da política de INOVAÇÃO.

Neste admirável mundo novo, buscando qualificar ainda mais os nossos processos de governança interna, fiscalização e julgamento, avançaremos, por exemplo, no uso da INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA). Ela tem o potencial de revolucionar a atuação do Tribunal, otimizando a alocação de recursos, o exame de grande volume de dados e a qualidade e a agilidade do nosso processo decisório. Mas que fique claro quem manda em quem. Como disse Tim Cook, CEO da Apple, *"A IA será uma mudança de jogo na criação de um mundo onde a tecnologia trabalha para nós, e não o contrário"*.

A boa governança pública é aquela que direciona os seus processos organizacionais no sentido da geração do valor público esperado pela sociedade, com a colaboração de todas suas forças vivas. Para tanto, continuaremos nossos laços de parceria com a academia, dinamizando e fortalecendo as interações já em curso com a Universidade de Pernambuco (UPE), com a Unicap e com as Universidades Federais de Pernambuco, incluindo a Rural, além de criar pontes, igualmente sólidas, com o Porto Digital.

PARTE IV

O DESAFIO DA COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

O principal cliente do TCE-PE é o cidadão pernambucano e uma forma de prestar contas do trabalho feito pela instituição é por meio de uma efetiva política de **COMUNICAÇÃO** com a sociedade, incluindo a fundamental relação com a imprensa. Pesquisa nacional realizada pelo Ibope em 2016 revelou que o conhecimento sobre o papel dos Tribunais de Contas ainda é superficial. É preciso mostrar para a sociedade a importância desses órgãos para a boa governança pública, para a prevenção da corrupção e para a melhoria da vida das pessoas.

E esse dever de bem se comunicar revela-se ainda mais importante no atual contexto, marcado pela desinformação, pelo avanço das *fakes news* e das narrativas recheadas de meias verdades, manipuladas com objetivos espúrios, tudo isso amplificado pelos algoritmos enviesados das redes sociais (mais antissociais do que nunca), o que acaba contribuindo para o desgaste e as críticas desproporcionais às instituições públicas.

Além de continuarmos investindo na estruturação de nossa comunicação institucional, vamos adotar, seguindo diretrizes da Atricon, as balizas do movimento mundial pela LINGUAGEM SIMPLES. Esclarecer e traduzir nossa linguagem técnica para o público em geral é praticar cidadania na veia e estimular um efetivo controle social. A propósito, lembro a etimologia da palavra comunicação, que tem origem no latim *communicatio*, derivado do verbo *communicare*, que significa "compartilhar, tornar comum". Precisamos chegar a todas as praças, até onde o povo está, com um olhar especial para aquela *“gente honesta, boa e comovida, que vive o dia e não o sol; a noite e não a lua”*, como bem disse Belchior em *“Pequeno perfil de um cidadão comum”*. Ainda nesse campo da cidadania, continuaremos o aprimoramento do nosso portal “Tome Conta”, que logo logo passará a incluir também dados sobre os resultados de nossas avaliações em políticas públicas.

Na relação com a imprensa profissional – e aqui destaco a presença de diretores e jornalistas dos principais veículos de comunicação do nosso Estado: Rede Globo, Sistema Jornal do Commercio, Grupo Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco, parceiros de

longas datas –, além dos contatos cotidianos sobre nossa pauta de trabalho e de nossas decisões, vamos criar, em nossa Escola de Contas, de forma permanente e gratuita, cursos para os profissionais da imprensa, cujo conteúdo vai abranger o papel do Tribunal de Contas e o nosso processo de controle, além de tópicos importantes sobre gestão pública. É compromisso já aceito pelo nosso Diretor da Escola de Contas, Conselheiro Dirceu Rodolfo, e já chancelado pelo Conselho.

Além disso, criaremos o “Prêmio Jornalista Inaldo Sampaio” para reconhecer reportagens em jornais, rádios, TVs e mídias digitais que tenham colaborado para o controle público, a gestão pública e a cidadania. O nome do prêmio é uma modesta homenagem a um jornalista, amigo de muitas jornadas, que honrou a imprensa pernambucana e deixou um grande legado durante os 24 anos em que trabalhou neste TCE-PE.

PARTE V

O COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA

O compromisso com a democracia é imanente à própria razão de ser de um órgão público que foi encarregado pela Constituição, fruto de uma Assembleia Constituinte eleita pelo povo, de fiscalizar a boa aplicação dos recursos dele, o povo.

Depois de tantas lutas pela redemocratização, a exemplo do movimento pelas “Diretas Já” (que este ano completa 40 anos), da promulgação da Carta Cidadã em 1988, a democracia brasileira e as instituições têm enfrentado grandes desafios nos últimos anos. Inspirado no poema “Traduzir-se”, de Ferreira Gullar, escrevi, recentemente, que uma parte de mim é angústia com a crise da democracia, aqui e no mundo. As tentativas de enfraquecer as instituições e os bárbaros ataques aos edifícios dos três Poderes no último “8 de Janeiro”, em Brasília, há exato um ano, são claros sinais dessa fadiga democrática e de que é preciso agirmos para restaurar a lucidez cívica e a legítima e necessária crítica racional, que andam inebriadas pela desinformação, intolerância e pelo (talvez) maior dos desafios nesta seara: as mídias digitais.

Outra parte de mim, contudo, celebra a resistência da democracia e de suas instituições. Ela continua viva e sendo o modelo preferido da maioria dos brasileiros. E o bom é saber que as vacinas contra a onda autocrática que varre o mundo existem e estão ao nosso alcance. Estudo bem atual, coordenado pelo renomado professor Daron Acemoglu, do MIT, destaca os principais fatores que garantem a sustentabilidade das democracias: crescimento econômico, segurança (paz e estabilidade), distribuição de renda, controle da corrupção e políticas públicas que melhorem a vida do cidadão. Eu acrescentaria o combate à desinformação.

Essa esperança de que a nossa democracia seja perene e de que possa ser aprimorada sempre ganha força quando vemos, por exemplo, a pauta de atuação dos Tribunais de Contas, mencionada nos itens anteriores, a qual está em plena sintonia com as ações que asseguram qualidade e sustentabilidade ao regime democrático.

A nós, cidadãos, um desafio especial: voltarmos a construir os diálogos possíveis, pautados em mais empatia, defendendo, por óbvio, os nossos pontos de vista, mas, ao mesmo tempo, procurando se pôr no lugar

do outro e refletir sobre as suas circunstâncias e as suas “verdades”. Há uma verdadeira calcificação de posições antagônicas no debate público, que desaguam em discussões acaloradas ou silêncios ensurdecadores, até entre amigos e familiares. Opiniões cada vez mais impositivas, que costumam ignorar realidades factuais e que, frequentemente, passam por cima dos cinquenta tons de cores que existem no meio daquelas certezas binárias. Posturas que lembram o famoso protagonista "Ignatius J. Reilly", do clássico romance “A Confraria dos Tolos”, de John Kennedy Toole, que esbanja delírios travestidos de certezas absolutas sobre tudo e todos.

É preciso um passo a mais. Em crônica recente, o escritor angolano José Eduardo Agualusa adverte: *“É fácil ser o outro quando o outro está muito próximo de nós. Isso não é alteridade – é narcisismo. Difícil é escutar o adversário. Difícil mesmo é vestir-lhe a pele, sentir o seu coração batendo no nosso peito, chorar as lágrimas dele”*. Na mesma toada, o insuspeito John Stuart Mill, no clássico ensaio "On Liberty", avisou: *"Só por meio da diversidade de opinião, no atual estado do intelecto humano, há uma oportunidade de jogo limpo em todos os aspectos da verdade"*.



ESTADO DE PERNAMBUCO

Tribunal de Contas

Há um trecho da canção “Años”, de Pablo Milanés, consagrada na voz de Mercedes Sosa e Fagner, que soa como um hino à concórdia, ao desarmamento de espíritos e que me parece oportuno para esses tempos e para essa ocasião: *“A todo dices que sí / A nada digo que no / Para poder construir / Esta tremenda armonía / Que pone viejo los corazones / Porque el tiempo pasa / Nos vamos poniendo viejos”*. Repito: *A tudo você diz sim / A nada eu digo não / Para poder construir / Essa tremenda harmonia / Que envelhece os corações / Porque o tempo passa / E nós vamos ficando velhos*”. Talvez não precisemos tanto. Podemos, sim, dizer “sim”. Podemos, sim, dizer “não”, ou “talvez”, ou “não sei”. Mas há formas e formas de se dialogar. Acordemos, meus amigos, porque o tempo passa e, em meio às velhas discussões, muitas vezes perdidas entre poucas razões e muitas emoções, estamos ficando velhos e nos afastando do essencial.

PARTE VI

NOVOS TEMPOS, MESMA MOTIVAÇÃO



ESTADO DE PERNAMBUCO

Tribunal de Contas

E assim se passaram cinquenta e cinco anos, destes, trinta e três, dedicados à causa do controle externo brasileiro e ao nosso TCE-PE. Parece que foi ontem. Repito o que disse na minha posse como Conselheiro em 2005. Da pequenina serra de Luís Gomes, no alto oeste potiguar, havia uma janela de sonhos. Daquele horizonte, iluminado pelo luar do sertão, pelo amor, os livros e os remédios de meus pais, Valdecir e Cidinha, e pelo exemplo de meus irmãos, eu vi a liberdade de uma estrada, que me levaria, numa primeira estação, ao ponto mais oriental da América do Sul, João Pessoa. Mas havia as pontes do Recife, cidade lendária, de encantos mil, dentre eles, a hospitalidade e as oportunidades. Daqui, fiz outros voos por esse imenso Brasil, mas, como diz um dos hinos dessa terra, a saudade sempre me trouxe de volta "pelo braço".

Hoje, mesmo diante de um mundo, em muitos aspectos, mais complexo e desafiador, sinto-me mais maduro, mais experiente para o desafio de voltar à presidência do TCE, uma década depois do primeiro mandato, embora tenha a convicção, parafraseando Quintana, de que os dias mais extraordinários desta jornada não foram (ou serão) os dias de ribalta ou de pódios, mas, sim, os dias comuns. O



ESTADO DE PERNAMBUCO

Tribunal de Contas

fato é que o tempo, os acertos, os erros, as conquistas, os desertos, as lições e os bons combates são os melhores professores. O tempo é um “Senhor” de cabelos brancos que nos presenteia com a razão, sem deixar o coração perder a ternura jamais.

Uma confissão: essa jornada não existiria sem o amparo e o amor incondicional de minha família. Todos eles, mas, de modo muito especial, dos meus saudosos pais, passando pelos meus irmãos, aos meus amores mais próximos, Dalva, Bárbara (e Felipe), Beatriz (e Igor), meus queridos sogros, e ao pequeno e bom José, que orbita diariamente os nossos corações. A vocês, o meu amor e a minha gratidão.

Concluo essa oração de sonhos, travessias, regressos, recomeço e gratidão, lembrando o poema “A Viagem”, de José Saramago:

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o

que já se viu, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

Que nesta nova viagem coletiva e fraterna, o dia comece, do sertão ao cais, com o canto forte, a palo seco, dos “Galos” de João Cabral de Melo Neto, tecendo e anunciando novas manhãs de esperanças e renovando nossa profissão de fé na Fraternidade, na Constituição, na Democracia, na Gestão Pública, no Tribunal de Contas, na Pernambucanidade e no Povo Brasileiro.

Muito obrigado